

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
GABINETE DO MINISTRO**

PORTARIA Nº. 224 , DE 25 DE JUNHO DE 2007

PUBLICADA NO DOU EM 27 DE JUNHO DE 2007

Estabelece normas para o co-financiamento de projetos de Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial do Sistema Único de Assistência Social no exercício de 2007.

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelos art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, inciso XIII do art. 19 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, art. 1º do Anexo I do Decreto nº 5.074, de 11 maio de 2004, Decreto nº 5.085, de 19/05/2004, e art. 5º do Decreto nº 2.529, de 25 de março de 1998 e

Considerando a Resolução nº 145, do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, de 15 de outubro de 2004, que aprova a Política Nacional de Assistência Social – PNAS e institui no país o Sistema Único de Assistência Social - SUAS;

Considerando a Resolução nº 130 - CNAS, de 15 de julho de 2005, que aprova a Norma Operacional Básica - NOB/SUAS, que regula a organização do SUAS no país;

Considerando que a PNAS prevê a oferta de atendimento, da Proteção Social Especial no SUAS, aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida e de prestação de serviços à comunidade, bem como às suas famílias;

Considerando a aprovação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE pela Resolução nº 119 de 11 de dezembro de 2006 do Conanda, que estabelece a municipalização do atendimento ao adolescente em cumprimento das medidas socioeducativas em meio aberto (liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade);

Considerando a necessidade de reordenamento dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, pessoas idosas e população em situação de rua, em conformidade com a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, Estatuto da Criança e do Adolescente e Estatuto do Idoso, dentre outras normativas vigentes;

Considerando a Instrução Normativa nº 01 da Secretaria do Tesouro Nacional, de 15 de janeiro de 1997, que disciplina a celebração de convênios de natureza financeira e que tenham por objeto a execução de projetos ou a realização de eventos, resolve:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º Estabelecer normas para o co-financiamento de projetos de Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial destinados aos atendimentos realizados nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS e na Rede de Serviços Socioassistenciais de Acolhimento da Alta Complexidade, com recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS para o exercício de 2007.

Art. 2º Serão co-financiados projetos apresentados pelos municípios e Distrito Federal para Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial, destinados ao atendimento de:

- I - crianças e adolescentes;
- II - pessoas idosas;
- III - população em situação de rua.

Art. 3º Os projetos apresentados devem estar em consonância com as seguintes diretrizes:

I - observância aos direitos e garantias dos beneficiários assegurados em legislações e normativas específicas que orientam a prestação dos serviços socioassistenciais na Proteção Social Especial;

II - centralidade na família, visando o fortalecimento ou resgate da convivência familiar, por meio de ações integradas desenvolvidas no âmbito do SUAS;

III - fortalecimento de vínculos comunitários e estímulo ao protagonismo, visando a (re)inserção comunitária e a participação social;

IV - prevenção do agravamento ou reincidência de situações de risco e violação de direitos;

V - reordenamento do atendimento para adequação aos pressupostos das legislações e normativas vigentes;

VI - intersectorialidade no desenvolvimento das intervenções que, visando assegurar a atenção integral aos usuários e suas famílias, privilegiem a articulação do serviço com a rede socioassistencial, com as demais políticas setoriais e com o Sistema de Garantia de Direitos, quando for o caso;

VII - adoção de metodologia centrada no resgate dos direitos e da auto-estima, e na reconstrução dos projetos de vidas dos usuários e de suas famílias;

VIII - atendimento personalizado que considere a singularidade do indivíduo e de cada família;

IV - acompanhamento técnico-profissional qualificado visando a realização de intervenções condizentes com as legislações e normativas relacionadas.

CAPÍTULO II DA REDE DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS DE ACOLHIMENTO DA ALTA COMPLEXIDADE

Art. 4º Os projetos para o co-financiamento de Estruturação da Rede de Serviços de Acolhimento da Alta Complexidade, apresentados pelos municípios/Distrito Federal, destinam-se à melhoria do atendimento ofertado a crianças e adolescentes, pessoas idosas e população em situação de rua nos seguintes serviços:

I - abrigo institucional;

II - casa-lar;

III - casa de acolhida temporária para pessoas em situação de rua.

Art. 5º Os projetos de Estruturação da Rede de Serviços de Acolhimento da Alta Complexidade têm como objetivo melhorar o atendimento prestado, em cumprimento da legislação em vigor, propiciando o reordenamento da estrutura física e a aquisição de equipamentos para a potencialização das atividades desenvolvidas.

Art. 6º O co-financiamento para os serviços previstos no Art. 4º desta Portaria será realizado por transferência de recursos financeiros do FNAS para os fundos municipais ou do Distrito Federal, os quais deverão ser utilizados para:

I - adequação da estrutura física, por meio de ampliação ou conclusão de obra;

II - aquisição de bens permanentes como veículo, equipamentos de informática, mobiliário, eletrodomésticos, dentre outros da mesma natureza de despesa.

Art. 7º Serão analisados e priorizados os projetos que:

I - apresentarem proposta de reordenamento dos serviços, visando oferta de atendimento personalizado e em pequenos grupos, garantia do direito à convivência familiar e comunitária e articulação com a rede local e o Sistema de Garantia de Direitos, quando for o caso;

II – forem desenvolvidos por unidade governamental ou conveniada com o município/Distrito Federal, e disponha de acompanhamento profissional, contando com profissionais de nível superior e profissionais responsáveis pelos cuidados diretos.

Art. 8º Os projetos apresentados pelos municípios/Distrito Federal para a Estruturação da Rede de Serviços de Acolhimento da Alta Complexidade deverão conter, necessariamente, as seguintes informações:

§1º Quanto ao atendimento de crianças e adolescentes:

I - no que diz respeito à rede socioassistencial do município/Distrito Federal:

- a) número de crianças e adolescentes institucionalizados e serviços de acolhimento existentes no município/Distrito Federal, com descrição sumária de cada uma (número e perfil dos usuários, modalidade de atendimento – casa-lar, casa de passagem, abrigo institucional ou Programa de Família Acolhedora);
- b) número e descrição sintética dos serviços que compõem a rede municipal/Distrital de Proteção Social Básica e Especial de Média Complexidade destinados ao atendimento de crianças e adolescentes e suas famílias;
- c) existência, ou não, de Comissão Intersetorial ou Grupo de Trabalho para elaboração e implementação de Plano Municipal de Convivência Familiar e Comunitária, listando os órgãos e entidades que a compõem;
- d) existência, ou não, de Plano Municipal de Convivência Familiar e Comunitária; em caso positivo, descrição dos principais pontos contidos no Plano e do seu grau de implementação;
- e) estratégias locais para a prevenção da institucionalização;
- f) ações para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e para a reintegração familiar de crianças e adolescentes abrigados;

II - no que diz respeito à unidade beneficiária:

- a) proposta de reordenamento na qual o projeto se insere, com descrição dos resultados esperados em relação à qualificação do atendimento;
- b) número total de crianças e adolescentes atendidos, distribuição por dormitório e se há proposta de reordenamento desses aspectos, visando à adequação para atendimento personalizado e em pequenos grupos;
- c) ações desenvolvidas para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e para a reintegração familiar das crianças e adolescentes abrigados;
- d) estratégias para a manutenção do vínculo entre grupos de irmãos, conforme estabelece o Art. 92 do Estatuto da Criança e do Adolescente;
- e) articulação com a rede de serviços socioassistenciais, demais políticas públicas e Sistema de Garantia de Direitos;
- g) acompanhamento técnico-profissional (equipe e cuidados diretos), informando o número de profissionais, carga horária e vínculo empregatício;
- h) estratégias para a capacitação de profissionais (equipe e cuidados diretos);
- i) ações de estímulo ao protagonismo das crianças e adolescentes atendidos e preservação da história de vida;
- j) estrutura física com acessibilidade para o atendimento de crianças e adolescentes com deficiência ou em fase de adequação para o mesmo.

§ 2º Quanto ao atendimento de pessoas idosas:

I - no que diz respeito à rede socioassistencial do município/Distrito Federal:

- a) número de pessoas idosas institucionalizadas e serviços de acolhimento existente no município/Distrito Federal, com descrição sumária de cada uma (número e perfil dos usuários, modalidade de atendimento – casa-lar, instituição de longa permanência ou outras modalidades de acolhimento);
- b) número e descrição sintética dos serviços que compõem a rede municipal/Distrital de Proteção Social Básica e Especial de Média Complexidade destinadas ao atendimento de pessoas idosas;
- c) estratégias locais para a prevenção da institucionalização;
- d) ações para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e para a reintegração familiar de pessoas idosas abrigadas.

II - no que diz respeito à unidade beneficiária:

- a) proposta de reordenamento na qual o projeto se insere, com descrição dos resultados esperados em relação à qualificação do atendimento;
- b) número total de pessoas idosas atendidas distribuição por dormitório e se há proposta de reordenamento desses aspectos, visando à adequação para atendimento personalizado e em pequenos grupos;
- c) ações desenvolvidas para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, para o retorno ao convívio familiar e reinserção comunitária;
- d) articulação com a rede de serviços socioassistenciais, demais políticas públicas e Sistema de Garantia de Direitos;
- e) acompanhamento técnico-profissional (equipe e cuidados diretos): informando o número de profissionais, carga horária e vínculo empregatício;
- f) estratégias para a capacitação de profissionais (equipe e cuidados diretos);
- g) ações de estímulo ao protagonismo das pessoas idosas e preservação de sua história de vida;
- h) estrutura física com acessibilidade para o atendimento de pessoas idosas com deficiência ou em fase de adequação para o mesmo.

§ 3º Quanto ao atendimento de população em situação de rua:

I - no que diz respeito à rede socioassistencial do município/Distrito Federal:

- a) número estimado de pessoas em situação de rua;
- b) rede de serviços existente no município/Distrito Federal destinado a esse segmento, com descrição sumária dos atendimentos prestados, mencionando características e capacidade (abordagem de rua, espaço de recepção, serviços de convivência, serviços de acolhimento, projetos de geração de trabalho e renda, dentre outros);
- c) articulação intersetorial para o atendimento de pessoas em situação de rua no município/Distrito Federal (saúde, em especial saúde mental, educação, trabalho e outras);
- d) ações para o resgate da identidade pessoal e social, com possibilidade de reconstrução de vínculos familiares;
- e) estratégias para a potencialização da autonomia, auto-sustentabilidade e reinserção social e comunitária.

II - no que diz respeito à unidade beneficiária:

- a) proposta de reordenamento e potencialização na qual o projeto se insere, com descrição dos resultados esperados em relação à qualificação do atendimento;
- b) número total de pessoas em situação de rua atendidas, distribuição por dormitório e se há proposta de reordenamento desses aspectos, visando à adequação para atendimento personalizado e em grupos menores;
- c) articulação intersetorial para o atendimento de pessoas em situação de rua no município/Distrito Federal (saúde, em especial saúde mental, educação, trabalho e outras);
- d) ações para o resgate da identidade pessoal e social e estímulo ao protagonismo, com possibilidade de reconstrução de vínculos familiares;
- e) estratégias para a potencialização da autonomia, auto-sustentabilidade e reinserção social e comunitária;
- f) acompanhamento técnico-profissional (equipe e cuidados diretos): informando o número de profissionais, carga horária e vínculo empregatício;
- g) estratégias para a capacitação de profissionais (equipe e cuidados diretos);
- h) estrutura física com acessibilidade para o atendimento de pessoas com deficiência ou em fase de adequação para o mesmo.

CAPÍTULO III

DOS CENTROS DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CREAS

Art. 9º Os projetos para o co-financiamento de Estruturação dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social destinam-se aos municípios e Distrito Federal com CREAS local e aos Estados com CREAS Regional, co-financiados com recursos do FNAS.

Art. 10º Os projetos de Estruturação dos CREAS têm como objetivo melhorar os serviços prestados, em cumprimento da legislação em vigor, potencializando as atividades desenvolvidas.

Art. 11 O co-financiamento dos serviços previstos no Art. 9º desta Portaria, será realizado por transferência de recursos financeiros do FNAS, para os fundos municipais, estaduais ou do DF, os quais deverão ser utilizados para aquisição de bens permanentes como veículo, equipamentos de informática, mobiliário, dentre outros da mesma natureza de despesa.

Parágrafo Único. Para municípios e regiões cujo acesso ocorra principalmente por vias fluviais, será permitida a aquisição de embarcações, desde que adequadas à realização dos serviços socioassistenciais de média complexidade.

Art. 12 Os projetos apresentados para a Estruturação dos CREAS deverão seguir as orientações contidas no Guia do CREAS, disponível no sítio do MDS www.mds.gov.br/suas/guia_creas.

Art. 13 Serão priorizados os projetos para Estruturação dos CREAS que:

- I - ofertarem pelo menos dois dos serviços previstos no Guia do CREAS;
- II - ofertarem o Serviço de Orientação e Acompanhamento a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade e suas Famílias;

- III - demonstrem a articulação do atendimento prestado com a rede de serviços socioassistenciais, demais políticas públicas e Sistema de Garantia de Direitos;
- IV - desenvolverem atividades condizentes com as normativas vigentes.

CAPÍTULO IV DOS PROCEDIMENTOS DA HABILITAÇÃO E DA ANÁLISE TÉCNICA

Art. 14 O co-financiamento de projetos de Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial destina-se aos municípios em gestão inicial, básica e plena e ao Distrito Federal que cadastrarem pré-projetos no Sistema de Convênios da REDE SUAS – SISCON, de acordo com as seguintes orientações:

- I - no campo “Informações Complementares” do SISCON WEB deverá constar obrigatoriamente: endereço das unidades de prestação de serviço - CEP, município, UF, fonte de financiamento (Governo Federal, Estadual, Distrital e/ou Municipal);
- II - no campo “Informações Complementares” do SISCON WEB deverá constar, ainda, e-mail do responsável pelo cadastro do pré-projeto e telefone de contato.

Art. 15 Cada ente governamental poderá apresentar apenas 1 (um) pré-projeto por modalidade, ou seja, 1 (um) para o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS e 1 (um) para a Rede de Serviços de Acolhimento da Alta Complexidade.

Art. 16 A habilitação documental para fins de celebração do convênio é etapa eliminatória e consistirá no exame, pela Diretoria-Executiva do Fundo Nacional de Assistência Social – DEFNAS/SNAS, da documentação entregue, conforme o prazo estabelecido no Manual de Convênios 2007.

Art. 17 Para efeito de análise técnica, serão considerados válidos os projetos de Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial que apresentarem, simultaneamente:

- a) cadastramento do pré-projeto no SISCON WEB até o data estabelecida pelo Manual de Convênios 2007.
- b) pertinência e consistência, conforme estabelece o Manual de Convênios 2007;
- c) enquadramento nas diretrizes, critérios e procedimentos estabelecidos por esta Portaria;
- d) consonância com as normativas vigentes.

CAPÍTULO V DO CO-FINANCIAMENTO

Art. 18 O repasse de recursos para co-financiamento dos projetos de Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial será efetuado mediante transferência fundo-a-fundo, obedecendo às orientações constantes no sítio www.mds.gov.br/suas/redesuas .

Art. 19 Serão contemplados, dentre os projetos priorizados, aqueles que atendam aos requisitos dispostos nesta Portaria, até o limite orçamentário e financeiro disponível.

Art. 20 A priorização das propostas gera somente expectativa de celebração do convênio, que será firmado quando atendidos todos os requisitos legais e verificada a oportunidade e conveniência do ato.

Art. 21 O valor estabelecido para co-financiamento dos projetos para Estruturação dos CREAS é de até R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Art. 22 O valor estabelecido para co-financiamento de cada projeto para Estruturação da Rede de Serviços Socioassistenciais de Acolhimento da Alta Complexidade é de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Art. 23. Havendo saldo decorrente do número insuficiente de projetos priorizados para o co-financiamento de CREAS, o recurso será destinado ao atendimento de projetos priorizados para o co-financiamento da Rede de Serviços Socioassistenciais de Acolhimento da Alta Complexidade e vice-versa.

Art. 24 A contrapartida a ser apresentada deverá atender ao disposto na Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO de 2007.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art 25 Os projetos de Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial serão objeto de monitoramento e avaliação por parte da Secretaria Nacional de Assistência Social, cabendo aos gestores locais a disponibilização das informações necessárias sempre que solicitadas.

§ 1º Será obrigatória a apresentação de relatórios físico-financeiros, semestralmente, apresentando o desempenho das metas físicas efetuadas no período, com a respectiva aplicação dos recursos, concluindo com avaliação do executado em relação ao planejado.

§ 2º Os relatórios semestrais deverão ser encaminhados até o 30º dia do mês subsequente ao período objeto de avaliação, podendo ser prorrogado, impreterivelmente, por mais trinta dias, a pedido, prévio, do conveniente.

Art. 26 A prestação de contas dos projetos observará as disposições da Instrução Normativa nº 1, da Secretaria de Tesouro Nacional, de 15 de janeiro de 1997 e do Manual de Convênios 2007.

Art. 27 Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

PATRUS ANANIAS
Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome